MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS
Secretaria de Serviços Compartilhados
Diretoria de Administração e Logística
Comitê Interministerial de Governança de Serviços Compartilhados
Câmara Temática de Administração e Logística

ATA DE REUNIÃO

11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

3ª Reunião Ordinária de 2026

Data: 8 de outubro de 2026.

Horário: 14h30min às 16h.

Local: Virtual, por meio da plataforma Teams.

I. PARTICIPANTES

a. Membros da Câmara Temática: relacionados no Anexo I.

b. Convidados: relacionados no Anexo III.

II. SECRETARIA-EXECUTIVA DA CTAL: Maiko Lemes, Gerente de Projeto, Diretoria de Administração e Logística da Secretaria de Serviços Compartilhados do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

III. PAUTA

a. Pesquisa de satisfação e qualidade do ColaboraGov;

b. Contratação de máquinas de autosserviço e minimercados;

c. Modernização dos elevadores;

d. Recesso dos colaboradores terceirizados;

e. Implantação do benefício de reembolso-creche;

f. Melhorias e funcionalidades do SplitGov; e

g. Situação do contrato de serviços de recepção.

IV. ABERTURA

A reunião foi aberta por Lucimar Rizzo, Diretora de Administração e Logística, deu início à 11ª Reunião Ordinária da Câmara Temática de Administração e Logística, cumprimentando os participantes e agradecendo a presença dos representantes dos órgãos. Destacou a importância dos encontros da Câmara como espaço para apresentação de informações, esclarecimento de dúvidas e intercâmbio entre as unidades participantes do ColaboraGov.

Informou que seria realizada mais uma reunião ordinária até o final de 2026 e reiterou a possibilidade de apresentação de temas adicionais pelos participantes. Comunicou, ainda, que a reunião seria gravada para subsidiar a elaboração da ata e que seria disponibilizado no chat o endereço eletrônico da lista de presença. Na sequência, apresentou os principais pontos da pauta e deu início às discussões.

V. DISCUSSÕES

a. Pesquisa de satisfação e qualidade do ColaboraGov

O tema foi apresentado por Gustavo Bechelany, da Diretoria de Gestão Estratégica da Secretaria de Serviços Compartilhados, que informou a realização de pesquisa destinada a avaliar a satisfação e a qualidade dos serviços prestados pelo ColaboraGov. Esclareceu que o formulário reunia duas metodologias de avaliação: Net Promoter Score, NPS, e Customer Satisfaction Score, CSAT.

Foi explicado que o CSAT se destina a avaliar uma experiência específica do usuário com algum serviço utilizado nos 90 dias anteriores à pesquisa. Entre os aspectos avaliados, encontram-se a facilidade para solicitar o serviço, a necessidade de contato com a equipe do ColaboraGov, a clareza e a objetividade da comunicação, o atendimento das expectativas relativas ao prazo e a apresentação de sugestões de melhoria em campo aberto.

Quanto ao NPS, foi informado que a metodologia busca aferir a percepção geral dos usuários e sua disposição para recomendar os serviços do ColaboraGov. A avaliação utiliza escala de zero a dez, na qual as notas de zero a seis correspondem aos detratores, as notas sete e oito aos neutros e as notas nove e dez aos promotores. Para o cálculo do indicador, são consideradas as avaliações dos detratores e dos promotores.

Foi esclarecido que a pesquisa seria aplicada tanto aos pontos focais e participantes das câmaras temáticas quanto aos usuários após a conclusão dos serviços. Também foi informado que a pesquisa seria futuramente incorporada ao CentralGov, previsto como canal único para solicitação e atendimento dos serviços. O link e o código QR da pesquisa foram apresentados e disponibilizados aos participantes.

Questionamentos

Não foram registrados questionamentos durante a apresentação.

b. Contratação de máquinas de autosserviço e minimercados

O tema foi introduzido por Pedro Castro, Coordenador-Geral de Projetos e Contratos Transversais, que apresentou a iniciativa destinada a ampliar as facilidades disponíveis aos servidores e colaboradores nas edificações sob gestão do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Informou que os artefatos da contratação estavam em fase de finalização e que a seleção seria realizada mediante cessão de uso de espaço.

Na sequência, Gabriel Henrique, Coordenador de Projetos Transversais, detalhou o projeto, destacando a dificuldade de acesso a lanches, bebidas e itens básicos em diversas edificações da Esplanada dos Ministérios. A partir de pesquisa das soluções disponíveis no mercado, foram identificadas como alternativas as máquinas automáticas de venda, conhecidas como *vending machines*, e os minimercados autônomos.

Foram apresentadas diferentes modalidades de equipamentos, incluindo máquinas para venda de lanches, bebidas geladas, produtos combinados e bebidas quentes. Como primeira solução, propôs-se a instalação conjunta de máquinas do tipo combo e máquinas de bebidas quentes, permitindo a oferta de alimentos, bebidas e produtos de fácil consumo. Como segunda solução, propôs-se a implantação de minimercados autônomos, com maior variedade de produtos.

A previsão inicial compreende a instalação de máquinas de autosserviço nos Blocos C, J, anexo do Bloco F, Bloco K, Ed. Órgãos Centrais e Regionais, além de outras unidades mencionadas na apresentação. O minimercado autônomo seria inicialmente implantado, em caráter piloto, no Bloco J, considerando que essa edificação não dispõe de restaurante ou lanchonete. A contratação permitiria a posterior expansão da solução para outras edificações, condicionada à aceitação dos usuários e à viabilidade operacional do projeto.

Entre os benefícios esperados, foram destacados o acesso contínuo a alimentos e bebidas, inclusive para equipes que trabalham fora do horário comercial; a maior variedade de produtos; a redução da necessidade de deslocamentos; a praticidade do autosserviço; e a ausência de despesas para a Administração. Foi esclarecido que, por se tratar de cessão de uso, a empresa vencedora pagaria pela ocupação do espaço, sendo a licitação orientada pela maior oferta apresentada.

Também se informou que a gestão contratual acompanharia o cumprimento das regras, a segurança dos produtos e a compatibilidade dos preços com aqueles praticados no mercado. O termo de referência estabeleceria proteção contravalores excessivos, observadas as normas de defesa do consumidor, embora não coubesse à Administração tabelar os preços praticados pela empresa.

Questionamentos

Melissa Campos manifestou apoio à iniciativa e relatou experiência positiva com serviço semelhante. Sugeriu que o escopo contemplasse, além de alimentos e bebidas, itens de conveniência e de uso cotidiano. Em resposta, Gabriel Henrique de Moraes Pinho informou que o escopo foi formulado de maneira aberta, permitindo que a empresa testasse produtos conforme a demanda, respeitadas as limitações legais e contratuais, inclusive a proibição de bebidas alcoólicas e de produtos ilícitos.

Cláudia Lins agradeceu a iniciativa e destacou a relevância da escolha do Bloco J para a realização do projeto piloto.

Jefferson Brandão questionou os mecanismos de controle dos preços e a eventual coexistência das máquinas com restaurantes e lanchonetes já instalados nas edificações. Pedro Castro esclareceu que o termo de referência estabelece a necessidade de compatibilidade dos preços com o mercado. Lucimar Rizzo informou que as máquinas funcionariam de maneira complementar aos serviços existentes, pois disponibilizariam outros produtos e permaneceriam acessíveis em horários nos quais restaurantes e lanchonetes não estivessem em funcionamento.

Melissa Campos questionou a previsão para implantação do projeto. Lucimar Rizzo informou que os artefatos estavam concluídos e que se buscava realizar a licitação ainda em 2026, a fim de iniciar a implantação do novo modelo no mesmo exercício, condicionada à tramitação do procedimento licitatório.

c. Modernização dos elevadores

O tema foi introduzido por Lucimar Rizzo, que contextualizou a necessidade de modernização dos elevadores instalados em edificações antigas sob gestão do MGI. Em seguida, Celso Santana, Coordenador-Geral de Infraestrutura Predial, destacou os impactos da indisponibilidade dos equipamentos na operação predial e passou a palavra para a apresentação técnica.

Leonardo Vasconcelos informou que a contratação prevê a modernização integral de 27 elevadores instalados no anexo do Bloco J da Esplanada dos Ministérios, nos Ed. Órgãos Centrais e Regionais, situados no Setor de Autarquias Sul, e no depósito da Receita Federal. Os equipamentos foram instalados, em sua maioria, entre o final da década de 1970 e o início da década de 1980, tendo alcançado ou ultrapassado sua vida útil.

Foi relatada a crescente dificuldade para localização de peças compatíveis e de reposição, o que tem provocado indisponibilidades frequentes, aumento das manutenções corretivas, paralisações e situações de resgate de passageiros. Em comparação, outras edificações possuem elevadores modernizados por volta dos anos 2000, que ainda apresentam vida útil remanescente e maior disponibilidade de peças.

A modernização busca atender às normas atuais de segurança, acessibilidade e eficiência energética. Sempre que tecnicamente possível, será priorizada a adoção de equipamentos sem casa de máquinas, com motores e quadros de comando mais compactos, sistemas de resgate automático, antecipação de chamadas e regeneração de energia. A solução poderá permitir, ainda, a ampliação do atendimento dos elevadores ao último pavimento de determinadas edificações.

Foi indicado que o projeto se encontra na fase final do estudo técnico preliminar, com levantamentos realizados nas edificações, visitas de empresas e desenvolvimento dos projetos básicos. Entre os benefícios esperados, foram destacados o aumento da segurança e da disponibilidade dos equipamentos, a melhoria da acessibilidade, a redução do consumo de energia e o aprimoramento da experiência dos usuários.

Questionamentos

Cláudia Lins questionou a previsão para o início das intervenções. Lucimar Rizzo informou que a expectativa era iniciar as intervenções em 2027, após a conclusão dos artefatos, a análise jurídica, a realização da licitação e a contratação da empresa. Ressaltou que o procedimento é complexo e pode estar sujeito a questionamentos e recursos durante a fase licitatória.

Celso Santana ressaltou que o projeto não se limita à substituição ou modernização dos equipamentos existentes. Busca-se ampliar o serviço para que os elevadores atendam ao maior número possível de pavimentos, especialmente no Bloco J e, conforme a viabilidade técnica, nos Ed. Órgãos Centrais e Regionais. Informou que a equipe visitou prédios e anexos da Esplanada dos Ministérios e considerou experiências anteriores de modernização realizadas em outras edificações.

Em resposta a questionamentos sobre a ausência dos Blocos C e K no projeto inicial, Celso Santana esclareceu que os elevadores dessas unidades foram instalados entre 2001 e 2002, possuem aproximadamente 20 a 25 anos de utilização e ainda contam com peças disponíveis no mercado e possibilidade de modernizações pontuais. Por essa razão, foram priorizados os equipamentos mais antigos, com cerca de 50 anos de uso e sem disponibilidade adequada de peças ou possibilidade de adaptação.

Jefferson Brandão relatou problemas de manutenção no bloco F e questionou sua inclusão na contratação. Lucimar Rizzo esclareceu que o Bloco F não integra o projeto, uma vez que a gestão e a manutenção de seus elevadores estão sob responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego. Informou que eventual inclusão futura dependeria da avaliação dos instrumentos jurídicos e contratuais cabíveis.

d. Recesso dos colaboradores terceirizados

O tema foi apresentado por Fernanda Marques, Coordenadora de Gestão de Terceirização e de Transporte, que informou terem sido encaminhados ofícios aos órgãos e recebidas, dentro do prazo, as planilhas relativas ao recesso dos colaboradores terceirizados. As informações foram remetidas às empresas, permitindo o início da compensação em 1º de outubro de 2026.

Foi solicitado que as unidades concluíssem os processos já tramitados e não os reabrissem para inclusão de novos documentos. Eventuais alterações, como inclusão de colaboradores ou mudança do período escolhido para o recesso, deveriam ser encaminhadas por correio eletrônico à gestão do contrato, preferencialmente de forma centralizada pelo ponto focal de cada órgão.

O período de compensação foi fixado entre 1º de outubro e 17 de dezembro de 2026. Embora seja possível incluir novos colaboradores, foi alertado que essas pessoas disporiam de prazo reduzido para realizar a compensação. Os colaboradores foram orientados pelas empresas e assinaram termo de ciência relativo às regras, incluindo o limite de dez horas diárias e o registro obrigatório das horas no sistema eletrônico de ponto.

Foi esclarecido que, em 18 de dezembro de 2026, as empresas deveriam informar individualmente a quantidade de horas compensadas. Para usufruir do recesso integral, seria necessária a compensação de 29 horas. O colaborador que não completasse o total poderia usufruir apenas o período correspondente às horas efetivamente compensadas, evitando descontos posteriores.

Lucimar Rizzo reforçou que, após a tramitação de um processo no SEI, a unidade remetente não deve reabri-lo ou incluir novos documentos, pois essa prática compromete a adequada instrução processual. Informou que o acompanhamento pode ser realizado por meio do bloco interno ou da funcionalidade de acompanhamento especial, mantendo-se o processo concluído na unidade.

Questionamentos

Não foram apresentados questionamentos.

e. Implantação do benefício de reembolso-creche

O tema foi apresentado por Renata Dantas, Coordenadora-Geral de Contrato, Ata e Fiscalização Administrativa, informou que a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 147, de abril de 2026, instituiu o benefício de reembolso-creche para trabalhadores alocados em contratos com dedicação exclusiva de mão de obra.

Conforme apresentado, trabalhadores com filhos, enteados ou crianças sob guarda, com idade de até cinco anos e onze meses, que comprovem as despesas correspondentes, poderão receber mensalmente até R$526,64 por dependente. Nos casos em que a convenção coletiva de trabalho estabeleça condição mais favorável, prevalecerá o benefício previsto no respectivo instrumento coletivo.

Foi informado que haviam sido formalizados 12 termos aditivos nos contratos compartilhados sob gestão do MGI. Permanecia em finalização o aditivo do contrato de limpeza, uma vez que a contratação ocorreu durante a tramitação das providências de implementação do benefício.

Quanto aos contratos dos Ministérios das Mulheres e da Igualdade Racial cuja gestão não é realizada pelo MGI, foi orientado que os respectivos gestores consultassem as empresas sobre o interesse na implantação do benefício. Havendo concordância, deveria ser elaborada nota técnica que demonstrasse tratar-se de serviço contínuo com dedicação exclusiva de mão de obra, que o objeto não se enquadrasse como obra ou serviço de engenharia e que fosse avaliada a eventual necessidade de atualização do mapa de riscos.

A documentação deveria ser encaminhada à Diretoria de Administração e Logística para atendimento dos demais itens do parecer referencial, elaboração da minuta de termo aditivo e posterior restituição ao órgão demandante para formalização. Caso a empresa não concordasse com a implantação do benefício, a Instrução Normativa estabeleceria prazo de até 18 meses para a realização de nova contratação, contado a partir de 31 de dezembro de 2026.

Lucimar Rizzo informou que a expectativa era que os colaboradores que já tivessem apresentado o requerimento e a comprovação recebessem o benefício no pagamento referente ao mês de outubro. Para os requerimentos apresentados em setembro, o pagamento abrangeria integralmente aquele mês; para os apresentados somente em outubro, o benefício seria devido a partir de outubro, sem retroatividade.

Questionamentos

Não foram apresentados questionamentos.

f. Melhorias e funcionalidades do SplitGov

O tema foi apresentado por Lucas Cavalcante, Assessor da Diretoria de Administração e Logística, definiu o SplitGov como canal de transparência dos dados relativos aos contratos compartilhados e ao rateio das despesas. Informou que o sistema havia recebido novas funcionalidades e melhorias.

Entre as melhorias, destacou-se a possibilidade de auto cadastro. A pessoa interessada poderá acessar o sistema com sua conta Gov.br, complementar as informações solicitadas e consultar os dados disponibilizados conforme seu perfil de acesso.

Na área relativa aos imóveis, o sistema permite consultar as edificações, seus ocupantes, metragens oficiais vigentes e o histórico das metragens substituídas. Também é possível visualizar o percentual de ocupação das unidades. Foi informado que as alterações de metragem seguem as regras e os períodos estabelecidos na portaria de rateio, com atualizações tempestivas em situações de mudanças relevantes.

Quanto aos contratos, foram apresentadas funcionalidades para consulta dos rateios vigentes e anteriores, consolidação dos valores por órgão, detalhamento por item e histórico de termos aditivos e apostilamentos. As estimativas são atualizadas conforme mudanças de valores contratuais, metragens ou quantitativos atribuídos aos órgãos.

Também foram apresentadas melhorias nos relatórios, especialmente no relatório de rateio por órgão, que permite consultar os valores ao longo do exercício e identificar as alterações ocorridas em cada período. Foi esclarecido que alguns dados permanecem restritos em razão das regras de proteção de dados pessoais.

Marcela Saliba informou que o sistema recebeu diversas telas e funcionalidades nos seis meses anteriores à reunião. Colocou a equipe à disposição para realizar apresentações, reuniões de aprofundamento e treinamentos específicos, mediante solicitação encaminhada ao endereço eletrônico do SplitGov.

Maiko Lemes, Gerente de Projeto da Diretoria de Administração e Logística, informou que seria organizado treinamento voltado aos participantes da Câmara Temática, abrangendo as funcionalidades do SplitGov e aspectos orçamentários e financeiros, em articulação com as equipes competentes.

Questionamentos

Renata da Cruz Souza relatou que, após realizar o cadastro, não conseguia visualizar os contratos dos quais seu órgão participava do rateio. Lucas Cavalcante explicou que os contratos poderiam ser consultados no menu lateral, mediante utilização dos filtros disponíveis, inclusive por órgão. Informou, ainda, que estava em desenvolvimento uma tela específica para apresentação consolidada dessas informações.

Foram relatadas no chat outras dificuldades relacionadas ao cadastro e ao acesso. Lucas Cavalcante informou que analisaria as ocorrências, observando que o auto cadastro depende das informações constantes do SIAPE. Ao final da reunião, comunicou que um dos registros mencionados já constava no SplitGov e orientou a realização de nova conferência.

g. Situação do contrato de serviços de recepção

Lucimar Rizzo informou que a empresa responsável pelo contrato de recepção enfrentava dificuldades financeiras. Com o objetivo de evitar prejuízos aos colaboradores, o MGI adotou, de forma cautelar e excepcional, o pagamento direto das obrigações trabalhistas.

Foram realizados diretamente o pagamento dos salários de setembro, o vale-alimentação e o vale-transporte de outubro e o valor residual do vale-alimentação referente a setembro. O MGI também assumiria o recolhimento do FGTS, o pagamento de eventuais verbas rescisórias e as demais obrigações trabalhistas decorrentes do término do contrato.

Foi informado que já havia sido instaurado novo procedimento licitatório, com abertura prevista para o dia 22 de outubro de 2026, visando à futura transição contratual e à regular continuidade dos serviços.

Questionamentos

Não foram apresentados questionamentos.

VI. DELIBERAÇÕES

Não foram registradas deliberações durante a reunião.

VII. INFORMES

1. Em resposta a questionamento de Cláudia Lins, foi informado que a contratação de serviço especializado de inventário patrimonial estava com a pesquisa de preços concluída e os ajustes finais em andamento, para posterior encaminhamento à área de licitações e à consultoria jurídica. A previsão de início dependeria da tramitação jurídica e licitatória, podendo ocorrer entre o final de 2026 e o início de 2027.

2. Foi informado que o contrato de limpeza passaria por mudança de modelagem e gestão a partir de 1º de novembro de 2026. A gestão, anteriormente conduzida pela Central de Compras, passaria a ser realizada diretamente pela área competente do MGI. Seria convocada reunião específica para apresentação da nova modelagem e esclarecimento dos detalhes da transição.

3. Foi reiterada a disponibilidade do endereço eletrônico do SplitGov para encaminhamento de dúvidas, pedidos não atendidos e sugestões de melhoria.

VIII. ENCAMINHAMENTOS

1. Divulgação do link da pesquisa de satisfação e qualidade do ColaboraGov no canal da Câmara Temática; e

2. Organização de treinamento sobre o SplitGov para os participantes da Câmara Temática, incluindo aspectos contratuais, orçamentários e financeiros.

IX. ACOMPANHAMENTO DOS ENCAMINHAMENTOS DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIAREUNIÃO ANTERIOR

1. Envio de ofício com orientações sobre a transição de dispositivos móveis: concluído. Foram encaminhados aos órgãos os ofícios contendo as orientações relativas à transição dos serviços de telefonia móvel, incluindo os procedimentos relacionados à migração das linhas, entrega e devolução dos equipamentos e demais providências necessárias à transição;

2. Aperfeiçoamento do planejamento das demandas de serviços gráficos por parte dos órgãos solicitantes: o encaminhamento é direcionado aos órgãos solicitantes e não demanda ação específica por parte da Câmara Temática.

3. Observância obrigatória do SEI/ColaboraGov para assinatura de instrumentos contratuais: o encaminhamento é direcionado aos órgãos e não demanda ação específica por parte da Câmara Temática.

X . CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não havendo outros informes ou questionamentos, a Lucimar Rizzo agradeceu a participação de todos, reforçou a importância da colaboração entre os órgãos no âmbito do ColaboraGov.

Ata de Reunião aprovada na data de sua assinatura eletrônica.

LUCIMAR RIZZO LOPES DOS SANTOS
Presidente
Câmara Temática de Administração e Logística
Centro de Serviços Compartilhados
Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

ANEXO I

MEMBROS DA CÂMARA TEMÁTICA PRESENTES

Órgão solicitante		**Nome**	**Participaçã o**
1	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	Lucimar Rizzo Lopes dos Santos	Presidente
		Celso de Oliveira Santana	Suplente
2	Ministério da Fazenda	Caroline Lopes Durce	Titular
		Melissa Maria Martins de Campos	Suplente
3	Ministério da Previdência Social	Jefferson Brandao Melo	Titular
		André do Espirito Santo Pereira	Suplente
4	Ministério das Mulheres	Fabiana Cristina Coutinho Santos	Titular
		Rafael Rodrigues da Silva	Suplente
5	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	Cláudia Lins da Rocha	Titular

6	Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte	Ivancir Goncalves da Rocha Castro Filho	Titular
		Kelma Regina Batista e Silva Araújo	Suplente
7	Ministério do Planejamento e Orçamento	Patrícia Daniele Oliveira de Alarcão	Titular
8	Ministério do Turismo	Leandro Lima Mendes	Titular
9	Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania	Thainná Silva Gameiro	Suplente
10	Ministério dos Portos e Aeroportos	Eduardo Bernardes Caixeta	Titular
11	Ministério dos Povos Indígenas	Crislane Maria Dos Santos Cardoso	Suplente

ANEXO II

CONTROLE DE QUÓRUM DA REUNIÃO

Órgão solicitante		**Titulares**	**Suplentes**
1	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	1	1
2	Ministério da Fazenda	1	1
3	Ministério da Igualdade Racial	0	0
4	Ministério da Previdência Social	1	1
5	Ministério das Mulheres	1	1
6	Ministério de Portos e Aeroportos	1	0
7	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	1	0
8	Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte	1	1
9	Ministério do Esporte	0	0
10	Ministério do Planejamento e Orçamento	1	0
11	Ministério do Turismo	1	0
12	Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania	0	1
13	Ministério dos Povos Indígenas	0	1
	Total	**9**	**7**

	Membros	**Quórum**
Instalação	11	85%

Deliberação	11	85%

ANEXO III

LISTA DE PRESENÇA

Órgão solicitantes		**Nome**	**Participação**
1	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	Adriana Escorse de Moraes	Convidado
2		Alexandre da Silva Castro	Convidado
3		Alysson Vítor Soares de Morais	Convidado
4		Beatriz Magalhães Pinto Peretti	Convidado
5		Bruna de Oliveira Busson	Convidado
6		Bruna Suzana Marinho Bezerra	Convidado
7		Cairo Antônio Correa Júnior	Convidado
8		Carla Maciel Damasceno	Convidado
9		Carlos Geovanni Soares da Conceição	Convidado
10		Celso de Oliveira Santana	Suplente
11		Cintia Coelho Prado	Convidado
12		Cleidiane Maria dos Santos Damásio	Convidado
13		Eunice Araújo dos Reis	Convidado
14		Fernanda Marques de Sousa	Convidado
15		Gabriel Henrique de Moraes Pinho	Convidado
16		Gustavo Ferreira Bechelany	Convidado
17		Gustavo Portella Martins	Convidado
18		Heloisa Marques Oliveira Dos Santos	Convidado
19		Jhones Almeida Pereira	Convidado
20		Kevin Chu	Convidado

21		Leonardo Vasconcelos de Abreu Ruszczyk	Convidado
22		Lucas Cavalcante de Alencar	Convidado
23		Lucimar Rizzo Lopes dos Santos	Presidente
24		Maiko Henrique Lopes Lemes	Convidado
25		Marcela de Oliveira Martins Saliba	Convidado
26		Pedro Henrique Correia de Castro	Convidado
27		Plínio Antunes da Silva	Convidado
28		Raysa Faria de Melo	Convidado
29		Renata Cristina Dantas Rocha	Convidado
30		Ricardo Alves de Almeida	Convidado
31		Rosana Moutinho de Oliveira	Convidado
32		Suellen Sena	Convidado
33		Thalita Machado Domingues	Convidado
34	Ministério da Fazenda	Amanda Caetano de Souza	Convidado
35		Carlos Rafael Calazans Vilasboas	Convidado
36		Caroline Lopes Durce	Titular
37		Melissa Maria Martins de Campos	Suplente
39	Ministério da Igualdade Racial	João Victor de Souza Batista	Convidado
40		Patrícia da Costa Magalhães	Convidado
41		Renata da Cruz Souza	Convidado
38	Ministério da Previdência Social	Jefferson Brandao Melo	Titular
42		André do Espirito Santo Pereira	Suplente
43	Ministério das Mulheres	Fabiana Cristina Coutinho Santos	Titular
44		Rafael Rodrigues da Silva	Suplente
45	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	Carolline Dias de Godoy	Convidado

46		Cláudia Lins da Rocha	Titular
47		Marina Machado Coelho Vasconcellos	Convidado
48		Talita Santana Barros	Convidado
49	Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte	Danielle Yasmin Hashimoto Freitas	Convidado
50		Ivancir Goncalves da Rocha Castro Filho	Titular
51		Kelma Regina Batista e Silva Araújo	Suplente
52		Rafael Teixeira de Resende	Convidado
53		Sara Borges Das Neves	Convidado
54		Viviane Lúcia Fernandes de Almeida	Convidado
55	Ministério do Planejamento e Orçamento	Patrícia Daniele Oliveira de Alarcão	Titular
56	Ministério do Turismo	Leandro Lima Mendes	Titular
57	Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania	João Clayton Silva de Melo Guedes	Convidado
58		Mayara Nunes de Castro do Vale	Convidado
59		Thainná Silva Gameiro	Suplente
60	Ministério dos Portos e Aeroportos	Eduardo Bernardes Caixeta	Titular
61	Ministério dos Povos Indígenas	Crislane Maria Dos Santos Cardoso	Suplente
62		Bruno da Silva Oliveira	Convidado

Documento assinado eletronicamente por **Lucimar Rizzo Lopes dos Santos**, **Diretor(a)**, em 03/11/2026, às 10:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **65455146** e o código CRC **84772B14**.